

**Governo, Festa e Paisagem na América Portuguesa: O Aterro dos Afogados e a  
Análise do Discurso de D. Tomás José de Melo  
(Recife-PE-1798)**

Fernanda Cordeiro De Almeida

Resumo: Os governantes da América Portuguesa estavam distribuídos conforme uma rede de interesses do Império português. Acolhidos nas mais diversas capitanias esses administradores agiam de acordo com os interesses metropolitanos, representando-o. Um dos elos mais fortes dessa representação eram, sem dúvidas, as festas. Estes eventos reproduziam o ambiente da corte portuguesa quando em momentos especiais tais como morte de soberanos, nascimento ou casamento de príncipes e princesas. As capitanias tinham por obrigação festejar nos moldes das festas lusas os acontecimentos importantes da metrópole. No entanto, a festa também podia comemorar algum ato administrativo. Neste artigo, será abordada a festa enquanto discurso político do governante português na Capitania de Pernambuco do final do Século XVIII. Após diversas tentativas malsucedidas de aterramento dos manguezais da região dos Afogados, no bairro de Santo Antonio, o então governador da Capitania de Pernambuco, D. Tomás José de Melo conseguiu aterrar solidamente os manguezais dos Afogados através da reunião de civis, escravos e soldados de ordenanças. A modificação da paisagem através da obra pública, sedimentada pelo plantio de gameleiras, foi festivamente comemorada por uma feira com duração de dois anos. O aterro também foi cantado em versos pelo ouvidor-mor da capitania. O objetivo deste *paper* é demonstrar através da opção metodológica sugerida pela análise do discurso, como uma festa pode ser utilizada enquanto discurso político, elo entre a colônia e a metrópole e, além disso, enquanto propaganda política de um governante do Império português do Século XVIII. Além disto, este trabalho consiste nos primeiros resultados da análise preliminar das fontes do projeto de doutorado da UFPR, intitulado: Paisagem, espaço e sociabilidades em torno dos manguezais de Pernambuco Colonial e tem como intuito primordial compreender a paisagem, os conflitos e as sociabilidades em torno dos manguezais de Pernambuco Colonial através da cultura, das relações econômicas e da urbanização empregadas por portugueses, holandeses e pescadores entre os séculos XVII e XVIII. O conceito de paisagem é entendido a partir do que preceitua Simon Schama que a concebe enquanto espaço culturalmente construído. Além disso, este primeiro exercício de leitura das fontes é baseado na análise do discurso estribada em Michel Foucault, Mangueneau, Pierre Bourdieu e Eni Orlandi. Todas estas sugestões teóricas foram apresentadas pelo Prof. Dr. Euclides Marchi na disciplina Estudos Avançados em História III, ofertada em 2011/1.

Palavras-Chave: Administração Colonial, Manguezal e Capitania de Pernambuco.

Em setembro de 1796, uma situação de penar chegou ao fim para moradores do bairro do Recife: as constantes enchentes provocadas pelo rio Capibaribe, invadindo casas e enlameando as vestidas das mocinhas e senhoras moradoras do bairro. Para controlar esta “força da natureza”, o manguezal de grandes proporções da região dos Afogados. Após diversas tentativas malsucedidas, enfim, D. Tomás José de Melo conseguiu o que seus antecessores não lograram êxito, estabilizar o aterramento dos manguezais da região dos Afogados. Para comemorar tal feito, o governante ordenou que fosse erguida uma feira comemorativa que permaneceu até a sua permanência na Capitania de Pernambuco.

Abaixo seguem alguns trechos dos Anais Pernambucanos que descrevem as ações do governante referente à inauguração da Feira comemoração ao aterro dos Afogados:

*Trecho 1* – “Com o fim de obter a areia necessária para os reparos do aterro, mandou o governador tirá-la de um terreno junto às obras de um terreno junto às obras, e no espaço escavado, com sofrível extensão, largura e profundidade fez um viveiro de peixes para o seu recreio e proventos pouco se lhe importando que se tratava de uma propriedade particular.” (COSTA, 1983, Anais Pernambucanos, vol.6, p. 488).

*Trecho 2* – “Apesar do despotismo e dos meios pouco honestos empregados por D. Tomás nas obras de reparos do aterro, prestou ele, contudo, um bom serviço, e as fez com solidez tal, que tinha uma extensão de 200 braças, ficou com 80 palmos de largura, em cujas extremidades se plantaram gameleiras, que em pouco tempo formaram uma extensa e bela alameda, que parcialmente foi desaparecendo à proporção que se ia desenvolvendo o arruamento do mesmo aterro.” (COSTA, 1983, Anais Pernambucanos, vol.6, p. 489).

*Trecho 3* – Trecho dos Anais Pernambucanos, vol. 6, p.489 e 490.

“Um poeta do tempo, o Dr. Francisco José de Sales, ouvidor-geral da comarca, cantou o novo aterro, com a sua vistosa alameda de frondosas gameleiras, em um bonito soneto, do qual destacamos as duas quadras para aqui as inscrever:

Muito tempo não há, que o mar cobria  
Este mesmo lugar, onde hoje estamos;  
Ainda agora a areia que pisamos  
Mal seca está das águas que vertia

Quem cansado chegar de longe via,  
Escutando das aves os reclamos,  
À sombra poderá de verdes ramos  
Passar as horas do calmoso dia  
(COSTA, 1983, Anais Pernambucanos, vol.6, p. 489 e 490).

*Trecho 4* – “A conclusão das obras do novo Aterro dos Afogados foi festivamente celebrada com a inauguração de uma grande feira estabelecida por D. Tomás, para o que permitiu que se levantasse uma linha de barracas ao longo do mesmo aterro, destinadas à venda de tudo que concorria a esse novo mercado, que somente se manteve até o ano de 1798, quando deixou ele o governo da capitania. Às três primeiras feiras, em dias

sucessivos assistiu o governador de uma vistosa tenda de campanha que mandou levantar, e graças a vigilante polícia que estabeleceu, não houve o menor distúrbio, apesar do numerosíssimo concurso de povo que compareceu.” (COSTA, 1983, Anais Pernambucanos, vol.6, p. 490).

---

Neste pequeno artigo serão abordadas algumas passagens em que cabe a realização da análise do discurso, como forma de exercitar os ensinamentos da disciplina Estudos Avançados em História III e também para contribuir para tentar enxergar o discurso, que muitas vezes se faz oculto, nos documentos que serão analisados para a construção da futura tese.

O projeto de tese é intitulado: Paisagem, espaço e sociabilidades em torno dos manguezais de Pernambuco Colonial e tem como intuito primordial compreender a paisagem, os conflitos e as sociabilidades em torno dos manguezais de Pernambuco Colonial através da cultura, das relações econômicas e da urbanização empregadas por portugueses, holandeses e pescadores entre os séculos XVII e XVIII.

Num primeiro momento, está sendo averiguado o espaço do manguezal enquanto paisagem<sup>1</sup> construída culturalmente por seus interlocutores – pescadores, portugueses e holandeses. Nesse sentido, em exame preliminar das fontes de pesquisa, principalmente na *Plataforma Liber*, desdobrando-se nos projetos Monumenta Hygina<sup>2</sup> e A Visão Holandesa<sup>3</sup>, observa-se o manguezal enquanto empecilho em batalhas e à urbanização, como medicamento descrito por holandeses em manuais de medicina do século XVII. Neste trabalho, será verificado o manguezal enquanto espaço que causava entraves à urbanização da cidade do Recife do século XVIII.

Os trechos históricos selecionadas pertencem ao sexto volume dos Anais Pernambucanos. Os trechos fazem parte do texto que tem por título – *SETEMBRO 19 – Inauguração da feira do Aterro dos Afogados, fundada pelo governador D. Tomás José de Melo*. Este texto chama à atenção por descrever os acontecimentos que antecederam e que se sucederam à comemoração do Aterro dos Afogados. E, ainda, por demonstrar de maneira pormenorizada como os diversos aterros da região foram executados, por quem e a mando de quem.

Num primeiro momento, a leitura do documento desperta inúmeras possibilidades de análise do conteúdo, posto que traz muitas informações como: a etimologia do nome Afogados<sup>4</sup>, a descrição dos aterramentos fracassados do local, qual mão-de-obra foi utilizada para o aterro bem sucedido. Essas descrições, bem como a associação das mesmas ao seu contexto histórico produtor seria uma análise do conteúdo apenas.

Antes mesmo de iniciar a análise do discurso dos trechos escolhidos, convém esclarecer quem é o autor dos mesmos. Francisco Augusto Pereira da Costa foi um historiador pernambucano que enquanto servidor público desempenhou várias missões de pesquisas, publicando diversos artigos e livros sobre a história de Pernambuco no início do século XX. Sua obra de maior destaque é, sem dúvida, Os Anais Pernambucanos que são considerados referência sobre a história de Pernambuco. Essa obra é a compilação de acontecimentos históricos de Pernambuco de 1493 a 1850. Dividida em seis tomos, a coleção possui grande vulto, pois contém dez tomos contendo cerca de 600 páginas cada.

Os Anais Pernambucanos abordam detalhes da vida política, econômica, cultural e social de Pernambuco, percorrendo todo o período colonial desse Estado. Como afirma Andrade (2002), essa obra é considerada a coluna vertebral da História

pernambucana. Além disso, o trabalho executado por pereira da Costa, por sua extensão é digno de uma corporação.

Após abordar brevemente sobre o autor e sobre a sua obra da qual os trechos a serem analisados foram extraídos, serão feitas algumas observações a partir de trechos selecionados em que cabem a análise do discurso.

O *trecho 1*, aborda a conduta do Governador D. Tomás José de Melo mediante a utilização de uma obra pública em benefício próprio. A frase “*fez um viveiro de peixes para o seu recreio e proventos pouco se lhe importando que se tratava de uma propriedade particular*” é a crítica feita por Pereira da Costa ao comportamento do administrador público. A crítica se repete de forma mais ponderada no *trecho 2*: “*Apesar do despotismo e dos meios pouco honestos empregados por D. Tomás nas obras de reparo do aterro, prestou ele, contudo, um bom serviço, e as fez com solidez tal, que daí por diante não sofreu mais ruína alguma*”. (COSTA, 1983, Anais Pernambucanos, vol.6, p. 488).

Essa última crítica se refere à maneira despótica do governador com relação à execução do aterro. O aterro foi feito a partir da arregimentação de soldados, escravos e civis. O comemorado Aterro dos Afogados foi executado por João Rabelo de Siqueira, lente da Academia Militar do Recife. As obras foram realizadas de forma breve e gratuita pois contou com o trabalho de soldados dos terços auxiliares e de Ordenanças de Recife e de Olinda, condenados a trabalhos públicos e escravos dos engenhos. Além de reparar o aterro antigo, o então governador ordenou que fosse escavado um viveiro para seu “recreio e proventos”. Muito provavelmente o aterro (extensão de 200 braças, com 80 palmos de largura) não foi mais inundado pelas águas do rio Capibaribe por causa do plantio da plantação de gameleiras em suas extremidades.

Após destacar esses trechos, é essencial retomar novamente o autor do texto, o “porta-voz autorizado”. Pereira da Costa não se considerava historiador, mas um cronista. Seu biógrafo, Manuel Correia de Andrade esclarece o ofício do autor, afirmando:

Na realidade ele foi também historiador, devido à análise e ao juízo crítico que fez de numerosos acontecimentos e do posicionamento de alguns personagens; muitos dos seus conceitos, expedidos, faz um século, ainda têm grande atualidade. (ANDRADE, 2002, p.15).

Ao afirmar que Pereira da Costa era historiador, Manuel Andrade oferece duas pistas para uma análise do discurso, uma delas é que Pereira da Costa escreveu os anais pernambucanos compilando e comentando fontes ao longo da vida, enquanto funcionário do IAHP (Instituto Arqueológico Histórico e Geográfico de Pernambuco). Nesse sentido, enquanto historiador e funcionário do IAHP, Pereira da Costa era produtor do *discurso histórico*, que na época de confecção (início do século XX) e no presente possui como enunciatórios intelectuais que estudam a história pernambucana.

Conforme Foucault (2005), com relação ao comentário, há uma solidariedade entre o texto original e o texto segundo. Por um lado, permite construir (e indefinidamente) novos discursos:

O pendor do discurso primeiro, a sua permanência, o seu estatuto de discurso sempre reatualizável, o sentido múltiplo ou escondido de que ele passa por ser detentor, a reserva ou a riqueza essencial que lhe são atribuídas, tudo isso funda uma possibilidade aberta de falar. (FOUCAULT, 1999, p.25).

Depreende-se a partir da citação de Foucault que Pereira da Costa conseguiu perceber nas entrelinhas das fontes históricas pernambucanas, o discurso despótico do governador D. Tomas em relação aos seus subalternos, dando destaque ao mesmo.

Seguindo ainda a trilha de Foucault ao afirmar que o comentário “não tem outro papel senão o de dizer fielmente aquilo que estava *silenciosamente articulado* no texto primeiro” (p.?). Assim, faz-se necessário observar o *trecho 4*, para tentar colocar em evidência o discurso que foi silenciado: o discurso autoritário e despótico do governador D. Tomás José de Melo.

A primeira parte do *trecho 4* sugere a celebração enquanto propaganda da obra pública para os habitantes de Recife:

A conclusão das obras do novo Aterro dos Afogados foi festivamente celebrada com a inauguração de uma grande feira estabelecida por D. Tomás, para o que permitiu que se levantasse uma linha de barracas ao longo do mesmo aterro, destinadas à venda de tudo que concorria a esse novo mercado, que somente se manteve até o ano de 1798, quando deixou ele o governo da capitania.

A última frase – *que somente se manteve até o ano de 1798, quando deixou ele o governo da capitania* – revela a feira comemorativa do aterro enquanto *cena enunciativa*, encenação, um jogo teatral, um discurso de propaganda política entre o Governador D. Tomás e o povo pernambucano. Ou seja, a feira comemorativa somente durou enquanto o governante estava em Pernambuco, ou seja, a cena estava vinculada à sua ordem, à sua presença e à sua pessoa.

Conforme afirma Mangueneau (1997), ao dar uma ordem aquele que ordena se coloca na posição habilitada a fazê-lo e coloca seu interlocutor na posição daquele que deve obedecer. Isso ocorre porque cada ato de fala é inseparável de uma instituição. No caso em questão, D. Tomás representava em Pernambuco o Império português. Nesse sentido, o próprio governador seria o *ethos* do discurso, conferindo corporalidade (o governador representava a festa) e incorporando o discurso, que neste caso seria a festa.

Moura Filha (2001) destaca que as festas estabeleceram elos entre a América portuguesa e Portugal. As festas religiosas desde o princípio foram realizadas com muita pompa e circunstância. Nesse sentido, os padres jesuítas foram os precursores ao utilizar o teatro para transmitir seus ideais religiosos aos indígenas e também para unir colonos à Metrópole. Mais especificamente, os cortejos reais em Portugal eram marcados pela produção de elementos efêmeros que modificavam o espaço urbano, transformando-os em verdadeiros cenários. Esses cenários possuíam força simbólica que expressavam o poder real.

Nesse sentido, o governador era o representante máximo do Império português em Pernambuco, com plenos poderes para tal. Sobre a representação Pierre Bourdieu (1996) afirma sobre o *porta-voz autorizado*:

O representante constitui o grupo que o constitui: o porta-voz dotado do poder pleno de falar e de agir em nome do grupo, falando sobre o grupo pela magia da palavra de ordem, é substituto do grupo que existe somente por esta *procuração*. Grupo feito homem, ele personifica uma pessoa fictícia, que ele arranca do estado de mero agregado de indivíduos separados, permitindo-lhe agir e falar através dele, como um único homem. Em contrapartida, ele recebe o direito de falar e de agir em nome do grupo, de se tomar pelo grupo que ele encarna, de se identificar com a função à qual ele se entrega de corpo e alma, dando assim um corpo biológico a um corpo constituído. *Status est magistratus*, ‘o Estado sou eu’. (BOURDIEU, 1996, p.82 e 83).

Conforme Eni Orlandi (1983), o discurso político é considerado autoritário, ou seja, incontestável, absolutizado e único. Este não é passível de reversibilidade, está posto, não deve ser discutido, até porque não há espaço ou prerrogativa para que isso aconteça. No entanto, conforme a autora a recepção nem sempre é passiva, ou seja, o enunciário nem sempre recebe o discurso de forma inerte. Exemplo disso pode ser

observado pelo afastamento do governador que se recolheu em uma tenda, fortemente policiada e distante do público, demonstrando o poder hierárquico da instituição que o mesmo representava, o Império português.

Segundo Monteiro (2007), os governadores e capitães-mores entre o século XVIII e XIX circularam pelo Império Português. Havia quatro tipos de circularidade no império: O primeiro grupo é composto por cerca de 115 governadores e capitães-mores que cumpriram mais de um mandato, em média cerca de três em vários locais; O segundo grupo é formado por aqueles que circulavam em capitânias secundárias do Brasil (maior parte) e do Atlântico Português (Cabo Verde, São Tomé, Guiné); O terceiro grupo é constituído por governadores que atuaram num único governo principal; O quarto grupo é formado por governadores de capitânias secundárias que ascenderam para capitânias principais. No caso de D. Tomás de Melo, o mesmo provavelmente ascendeu a outra capitania ou a outro domínio português, visto que o mesmo foi embora da capitania de Pernambuco.

Por fim, ainda compondo o discurso político o *trecho 3* que é um soneto elaborado pelo ouvidor-mor, Dr. Francisco José de Sales, também pode ser observado enquanto “propaganda política” porque seu autor também era fazia parte do quadro administrativo do governo, espécie de juiz da época.

Apesar de ser um discurso político, por ter sido proferido na forma de versos, o soneto do Dr. Francisco Sales também pode ser visto enquanto discurso literário. Mesmo sendo identificado o autor, pressupõe-se que os versos sobre a obra de aterramento dos manguezais tenha sido difundida e repetida durante o cotidiano da população de Recife do século XVIII.

Muitos discursos que circulam sem que o seu sentido ou a sua eficácia estejam em poder de um autor, a que seriam atribuídos, palavras do dia-a-dia, que se apagam de imediato; decretos ou contratos que têm necessidade de signatários, mas não de autor, receitas técnicas que transitam no anonimato. (FOUCAULT, 1999, p.22)

Através do aporte metodológico da análise do discurso, buscou-se esclarecer como o “simples” evento político ocorrido em Pernambuco do século XVIII pode ser entendido enquanto discurso entre o Império português (enunciador, através do seu governador, representante, porta-voz autorizado) e do povo (enunciatário), beneficiado com o aterramento do manguezal e com a feira comemorativa. Além disso, o autor dos Anais pernambucanos também foi visto como um enunciador, comentador e historiador que legou à História reminiscências da cultura política e cultural de Pernambuco Colonial. Espera-se dessa maneira ter, ao menos atingido o *principio da exterioridade* sugerida por Michel Foucault (1999) que afirma a necessidade de se partir do próprio discurso e não do interior dele para entender seu significado.

## Referências Bibliográficas

- ANDRADE, Manuel Correia de. *Pereira da Costa: O Homem e a obra*. Recife: CEPE, 2002.
- BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas lingüísticas: O que falar quer dizer*. SP: Editora da Universidade de São Paulo, 1996.
- COSTA, Francisco Augusto Pereira da. *Anais Pernambucanos*. Vol. VI. Recife: FUNDARPE, 1983.
- MANGUENEAU, Dominique. *Novas tendências em análise do discurso*. Trad. Freda Indursky. 3ªed. Campinas-SP: Editora da UNICAMP, 1997.

FOUCAULT, Michel. *A ordem do Discurso*. Trad. Laura Fraga de Almeida Sampaio. 5ªed. SP: Edições Loyola, 1999.

MONTEIRO, Nuno Gonçalo. Governadores e capitães-mores do Império Atlântico português do Atlântico (século XVIII). BICALHO, Maria Fernanda; FERLINI, Maria Lúcia Amaral. *Modos de governar: idéias e práticas políticas no império português. Séculos XVI-XIX*. São Paulo: Alameda, 2007.

MOURA FILHA, Maria Berthilde. *Festas no Brasil Colonial: elos com a vida da Metrópole*. In: II Congresso Internacional do Barroco, 2001, Porto. Anais do II Congresso Internacional do Barroco. Porto: Faculdade de Letras - Universidade do Porto, 2001. p. 465-473. Disponível em:

<http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/7554.pdf> Acessado em 20 de janeiro de 2011.

ORLANDI, Eni. *A linguagem e seu funcionamento. As formas do discurso*. SP: Brasiliense, 1983.

---

<sup>1</sup> Conforme Simon Schama (1996) a etimologia da palavra paisagem: “Ela entrou na língua inglesa junto com herring [arenque] e *bleached linen* [linho alvejado], no final do século XVI, procedente da Holanda. E *landschap*, como sua raiz germânica, *Landschaft*, significava tanto uma unidade de ocupação humana – uma jurisdição na verdade – quanto qualquer coisa que pudesse ser aprazível objeto de uma pintura.” (p.20). Ainda para Schama: “É nossa percepção transformadora que estabelece a diferença entre matéria bruta e paisagem.” (p.20). E prossegue: “ Toda nossa tradição da paisagem é o produto de uma cultura comum, trata-se, ademais, de uma tradição construída a partir de um rico depósito de mitos, lembranças e obsessões”. (p. 24).

<sup>2</sup> O Projeto Monumenta Hyginia também é uma iniciativa do Laboratório Liber e disponibiliza manuscritos traduzidos do holandês pelo Dr. *José Hygínio Duarte Pereira* que entre os anos de 1885 e 1886 esteve nos países Baixos, em missão delegada pelo *Instituto Arquelógico, Histórico e Geográfico de Pernambuco – IAHP*.

<sup>3</sup> O Projeto A Visão holandesa é uma parceria entre a Embaixada do Reino dos Países Baixos e o Laboratório Liber da Universidade Federal de Pernambuco e disponibiliza em formato digital textos clássicos do domínio colonial holandês (1630-1654).

<sup>4</sup> Conforme estudos históricos de Pereira da Costa a área era, devido à profundidade do canal, à largura e à correnteza, local de constantes afogamentos.